



TERMO DE REFERÊNCIA

Secretarias Solicitantes: Secretaria Municipal de Saúde

1 – DO OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES

1.1. O presente termo de referência tem por objeto ao REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DA FORTALEZA, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas neste documento, sendo:

Item	Descrição	UND	QTD
1	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL 12.000 BTUS DUAL INVERTER 127 V – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO: 12.000 BTU/H, CICLO DE FUNCIONAMENTO: FRIO, VOLTAGEM: 127 V (MONOFÁSICO), COMPRESSOR: DUAL INVERTER, GÁS REFRIGERANTE: R 32, SERPENTINA / TROCADOR DE CALOR: COBRE, CONSUMO DE ENERGIA / EFICIÊNCIA: CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A; POTÊNCIA DE REFRIGERAÇÃO ~ 1.115?W. CONECTIVIDADE / RECURSOS INTELIGENTES: WI FI INTEGRADO, CONTROLE POR VOZ, COMPATÍVEL COM ASSISTENTES VOCAIS, OPERAÇÃO VIA APP. FUNÇÕES ADICIONAIS: MODO SLEEP, TIMER, VENTILAÇÃO AJUSTÁVEL (MODO SWING), MODO TURBO (RESFRIAMENTO RÁPIDO), DESUMIDIFICAÇÃO, FILTRO ANTIBACTÉRIA / FILTRO LAVÁVEL, MEMÓRIA DE CONFIGURAÇÕES, INDICAÇÃO DE TEMPERATURA NA EVAPORADORA. NÍVEL DE RUÍDO (EVAPORADORA): A PARTIR DE ~ 22 DB (MÍNIMO) ATÉ ~ 42DB (MÁXIMO). VAZÃO DE AR: CERCA DE 6,6 M³/MIN NO MODO MÉDIO (VARIA CONFORME MODO DE VENTILAÇÃO). PESO E DIMENSÕES APROXIMADAS: EVAPORADORA: ~ 8 KG, DIMENSÕES ~ 30,8 x 83,7 x 18,9 CM; CONDENSADORA: ~ 20 KG, DIMENSÕES ~ 49,5 x 71,7 x 23,0 CM. INSTALAÇÃO: TIPO SPLIT HI WALL — UNIDADE INTERNA (EVAPORADORA) + UNIDADE EXTERNA (CONDENSADORA), TUBULAÇÕES DE SUÇÃO E DESCARGA CONFORME PADRÃO (SUÇÃO 3/8, DESCARGA 1/4)	UN	2
2	ARMÁRIO DE AÇO PA120 – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS OU EQUIVALENTES: COM 02 PORTAS DE ABRIR COM FECHADURA EM “CHAPA 26”, 04 (QUATRO) PRATELEIRAS RESISTENTE A 20KG (DISTRIBUÍDOS POR PRATELEIRA) MAIS A BASE, FORMANDO 05 (CINCO) NÍVEIS PARA ACOMODAÇÃO DE MATERIAIS E OBJETOS. CREMALHEIRA PARA AJUSTE DAS PRATELEIRAS, UMA DAS PRATELEIRAS É FIXA, FECHADURA COM DUAS CHAVES E UM PUXADOR. DIMENSÕES: 1,93 M (ALTURA), 1,20 M (LARGURA), 0,40 M (PROFUNDIDADE), 0,45 MM (ESPESSURA).	UN	2
3	BALDE PORTA DETRITOS COM PEDAL, LIXEIRA A PEDAL, RECIPIENTE PARA A COLETA DE DETRITOS, COM DISPOSITIVO DE ELEVÇÃO DA TAMPA ACIONADO POR PEDAL, AÇO INOX DE 30L ATÉ 49L, OBSERVADAS AS NORMAS RÍGIDAS DA ANVISA (RDC Nº 222/2018), FOCADAS NA SEGURANÇA E HIGIENE PARA EVITAR CONTAMINAÇÕES.	UN	15
4	BERÇO HOSPITALAR, MATERIAL DA ESTRUTURA: AÇO CARBONO, PINTURA ELETROSTÁTICA, BASE DO LEITO: LEITO CESTO EM ACRÍLICO, CREMALHEIRA, PÉS: PÉS C, RODÍZIOS E TRAVAS, COMPONENTES 2: COLCHÃO. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL. POSSUI RODÍZIOS E PRATELEIRA. CUNA EM ACRÍLICO. MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO 730 MM, LARGURA 410 MM E ALTURA EXTERNA 810 MM; COMPROVAÇÃO DE REGISTRO VÁLIDO DO PRODUTO, EMITIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA.	UN	1
5	CADEIRA DE RODAS PEDIÁTRICA, AÇO OU FERROPINTADO/ESCAMOTEÁVEL/REMOVIVEL/COM ELEVÇÃO. CONFECCIONADA EM ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO, COM TRATAMENTO ANOXIDANTE E REFORÇO EM FORMATO DE X EM SUA PORÇÃO INFERIOR; - DOBRÁVEL; - APOIO DE BRAÇO ESCAMOTEÁVEL, RESISTENTE, EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE (D33); - ASSENTO E ENCOSTO DORSAL EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE (D33), FORRADOS COM MATERIAL LAVÁVEL E IMPERMEÁVEL EM COURVIN; - MANOPLA COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 43 CM DE ALTURA A PARR DO ENCOSTO; - APOIOS PARA OS PÉS	UN	1



PREFEITURA MUNICIPAL
**CRUZEIRO DA
FORTALEZA**
União que gera evolução.

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DA FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 18.468.041/0001-72
Av. Nossa Senhora de Fátima, 1583 – CENTRO – CEP: 38735-000
CRUZEIRO DA FORTALEZA - MG
E-mail: saude@cruzeirodafortaleza.mg.gov.br

	AJUSTÁVEIS, NÃO REMOVÍVEIS E REBAVEIS; - APOIO DE PANTURRILHA AJUSTÁVEL ATÉ 90º; - RODAS TRASEIRAS EM AROS MOVIMENTADOS SOBRE ROLAMENTOS DE ESFERA COM PNEUS DE BORRACHA MACIÇA DE NO MÍNIMO 50 CM; - RODAS DIANTEIRAS EM BORRACHA MACIÇA DE NO MÍNIMO 15 CM, COM GARFO EM AÇO TRATAMENTO EPOXI E FREIOS BILATERAIS; - CAPACIDADE MÍNIMA DE 70 KG; - MEDIDAS MÍNIMAS: ENCOSTO 36 CM DE LARGURA; ASSENTO 5CM DE ALTURA; COMPROVAÇÃO DE REGISTRO VÁLIDO DO PRODUTO, EMITIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA.		
6	POLTRONA HOSPITALAR RECLINÁVEL, ESTRUTURA EM AÇO/FERRO PINTADO; ACABAMENTO DO MECANISMO EM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ; RECLINÁVEL ATRAVÉS DE SISTEMA ARTICULADO COM DOIS ESTÁGIOS, SENDO ACIONADO PELO MOVIMENTO DO CORPO; ESTOFADO EM ESPUMA DE ALTA DENSIDADE REVESTIDA POR COURVIN; MOVIMENTOS SIMULTÂNEOS DO ENCOSTO E DO DESCANSA-PÉS, CAPACIDADE ATE 150 KG; COMPROVAÇÃO DE REGISTRO VÁLIDO DO PRODUTO, EMITIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA.	UN	4

2 – DOS LOTES

2.1. Do agrupamento de itens em lotes: Licitação menor preço por item.

3 – DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. O presente objeto visa atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. A aquisição dos equipamentos se faz necessária para a substituição de equipamentos obsoletos, ampliação da capacidade de atendimento e melhoria da qualidade dos serviços públicos no Município de Cruzeiro da Fortaleza. A Resolução SES nº 9.458, de 24 de abril de 2024, publicada no Portal de Emendas de Minas Gerais, autoriza o repasse de recursos financeiros decorrentes de programações incluídas na Lei Orçamentária Anual de 2024 por emendas parlamentares, na modalidade de transferência voluntária, para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

4 – DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

5 – DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Requisitos de Habilitação:



5.1.1. Contrato social em vigor, na sua íntegra ou devidamente consolidado ou documento equivalente. (Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva);

5.1.3. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

5.1.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

5.1.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

5.1.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.1.7. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.1.8. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor;

5.1.9. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

6 – DOS CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

6.1. O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado.

6.2. Deverão estar incluídas, no preço do produto, todas as despesas sem quaisquer ônus para a administração pública, tais como frete, carga, descarga, tributos e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

7 – DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

7.1. Da amostra: Não será exigido.



8 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. Prazo de Entrega:

8.1.1. Até 10 (dez) dias contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente pelo titular da Secretaria Requisitante ou preposto formalmente designado.

8.1.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor do produto poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante aceitar a solicitação, desde que não haja prejuízo para a Secretaria Requisitante.

8.2. Do Local e Horário de Entrega:

8.2.1. Os equipamentos deverão ser entregues no endereço determinado pela fiscalização.

8.2.2. Os equipamentos deverão ser entregues no horário de 07h00min às 11h00min e 12h00min às 16h00min.

8.3. Condições de recebimento:

8.3.1. Os equipamentos serão recebidos:

8.3.1.1. Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação, oportunidade em que se observarão apenas as informações constantes da fatura e das embalagens, em confronto com a respectiva nota de empenho;

8.3.1.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 02 (dois) dias, contados a partir do recebimento provisório.

8.3.2. O descarregamento dos itens ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

8.3.3. Caberá ao responsável receber e conferir a qualidade, quantidade, validade e integridade das embalagens para, posteriormente, atestar as notas fiscais. Contudo, o atestamento da qualidade do que foi entregue poderá ser submetido a uma análise mais criteriosa, caso for necessário.



8.3.4. Os equipamentos fornecidos deverão atender às exigências de qualidade de acordo com os padrões estabelecidos pelos órgãos de controle e legislação vigente.

8.3.5. A entrega dos equipamentos fora das especificações contidas neste Termo de Referência, com avarias em suas embalagens ou no próprio produto, decorrente do transporte ou com defeitos de fabricação, gera a obrigação da contratada de, por sua conta, recolher os mesmos e providenciar a devida substituição, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da comunicação oficial à empresa.

8.3.6. Reserva-se à Prefeitura o direito de não receber os equipamentos em desacordo com o previsto neste termo, podendo aplicar as sanções cabíveis à contratada.

8.3.7. O representante da PMCF anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8.3.8. O recebimento/aprovação dos equipamentos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se a Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

9 – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias após a entrega**, acompanhado da Nota Fiscal correspondente e após carimbo e assinatura do(s) responsável(is) pelo cumprimento do estágio de liquidação da despesa.

9.1.1. A Nota Fiscal Eletrônica - NF-e - deverá ser enviada através de arquivo eletrônico ao e-mail: < almoxarifado@cruzeirodafortaleza.mg.gov.br >, todavia, as mercadorias serão encaminhadas juntamente com o DANFE - Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica.

9.2. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser automaticamente descontadas do pagamento a que fizer jus ao licitante vencedor.

9.3. A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto deste Termo de Referência estiver em total conformidade com as especificações.



9.4. Caso não ocorra o pagamento na data prevista no subitem 9.1 por culpa do MUNICÍPIO, o valor será corrigido pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE.

9.5. Como condições para a continuidade do contrato, a contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, inclusive será confirmada a situação de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

9.6. Caso a contratada tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração Pública.

9.7. Quando a empresa contratada não apresentar situação regular no ato da emissão da Nota de Empenho ou recusar-se a retirar a mesma injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observando-se o disposto no subitem anterior.

9.8. Não será concedida antecipação de pagamento de créditos.

10 – DO CONTRATO (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS)

10.1. Do instrumento contratual:

10.1.1. O licitante vencedor será convocado para assinar a competente Ata de Registro de Preços na Secretaria requisitante, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data de convocação.

10.1.2. O instrumento contratual será encaminhado ao adjudicatário somente se houver motivo relevante, devidamente justificado e às suas expensas.

10.1.3. O não atendimento à convocação para a assinatura do Termo de Contrato (Ata de Registro de Preços) no prazo fixado implicará a decadência do direito à contratação, conforme previsto no artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.4. O prazo para a assinatura do Termo de Contrato (Ata de Registro de Preços) poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado por escrito e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL
**CRUZEIRO DA
FORTALEZA**
União que gera evolução.

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DA FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 18.468.041/0001-72
Av. Nossa Senhora de Fátima, 1583 – CENTRO – CEP: 38735-000
CRUZEIRO DA FORTALEZA - MG
E-mail: saude@cruzeirodafortaleza.mg.gov.br

10.1.5. Havendo recusa do adjudicatário em assinar o Termo de Contrato (Ata de Registro de Preços) no prazo estabelecido, é facultado a esta Administração Pública convocar os licitantes remanescentes para fazê-lo em igual prazo e condições, respeitada a ordem de classificação.

10.1.6. A Ata tem vigência por 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

10.1.7. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reequilibrados (Reequilíbrio Econômico Financeiro), observado o disposto nos artigos 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021.

11 – PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA

11.1. Atendendo às exigências contidas no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado pela autoridade competente, agente para acompanhar a compra, como representante da Administração.

11.1.1 - Gestor e Fiscal:

Gestor: Karen kristtyna Garcia Ribeiro

Supervisora da Seção de Compras da Secretaria de Saúde

Matricula: 8073

Fiscal: Gustavo Peres Gonçalves

Supervisor da Seção da Gestão da Atenção Básica de Saúde

Matricula: 8146

11.1.1.1. O presente Termo de Referência acompanha Declaração de Nomeação de Gestor e Fiscal do Contrato, sendo que o ordenador da despesa deverá manter atualizado o nome do responsável pela fiscalização da execução da entrega, do gestor e do fiscal do contrato

11.1.1.1.1. A atualização será realizada dentro dos autos do procedimento licitatório, em caso de afastamento, férias, impedimento ou exoneração dos agentes públicos designados.

11.1.1.1.2. A atualização, caso seja necessária, será realizada por meio de apostilamento.



11.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

11.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

11.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

11.5. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, que possibilite a aplicação das sanções previstas neste instrumento, deverão ser observadas as disposições do edital e da legislação aplicável.

11.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas ao Gestor para adoção das medidas pertinentes.

11.6.1. Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

12 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa referente a esse fornecimento será empenhada na seguinte dotação orçamentária, ou sua correspondente ao exercício:

225 02. 009 .001 10.122 . 0004 1.0011 4 4 90 52 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

13 – DA GARANTIA

13.1. Garantia do produto: fabricante, garantia legal ou garantia convencional

13.1.1. Garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - produtos não-duráveis); (90 dias - produtos duráveis) a partir da data de recebimento do produto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial ou exigida na especificação.

14 – DA SUBCONTRATAÇÃO



14.1. Para a subcontratação será exigida prévia autorização do CONTRATANTE, precedida das justificativas quanto aos motivos, natureza e extensão do objeto subcontratado;

14.2. A responsabilidade total pela execução do fornecimento contratado, no caso de subcontratação continuará sempre a cargo da CONTRATADA, seja qual for a forma, o volume ou a natureza da subcontratação.

15 – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1. Da Contratada:

15.1.1. Fornecer os equipamentos nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.

15.1.2. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.

15.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

15.1.4. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

15.1.5. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

15.1.6. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos equipamentos, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos equipamentos.

15.1.7. Responsabilizar-se pela garantia dos equipamentos empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

15.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.



15.1.9. Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.

15.1.10. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.1.11. Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do objeto contratado.

15.1.12. Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da entrega ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização.

15.1.13. Executar a entrega do objeto deste Termo de Referência em conformidade com os parâmetros delineados em propostas apresentadas e com os rigores previsíveis em normas de regência e segurança.

15.1.14. Manter à frente pessoa qualificada para representá-la junto à fiscalização.

15.1.15. Proceder à substituição do pessoal, quando necessário, que por qualquer motivo fique impossibilitado de realizar a entrega.

15.1.16. Cientificar o MUNICÍPIO do andamento da entrega, quando for o caso.

15.2. Da Contratante:

15.2.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega por meio de preposto designado pelo titular da **Secretaria Requisitante**, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

15.2.2. Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.

15.2.4. Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados.

15.2.5. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos equipamentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.



PREFEITURA MUNICIPAL
**CRUZEIRO DA
FORTALEZA**
União que gera evolução.

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DA FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
CNPJ: 18.468.041/0001-72
Av. Nossa Senhora de Fátima, 1583 – CENTRO – CEP: 38735-000
CRUZEIRO DA FORTALEZA - MG
E-mail: saude@cruzeirodafortaleza.mg.gov.br

15.2.6. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

15.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

15.2.8 - Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução da entrega, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo do que foi executado.

15.2.9. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

15.2.10. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

15.2.11. Permitir o acesso do pessoal do contratado ao local de execução da entrega.

15.2.12. Efetuar o pagamento na forma e prazo previsto neste Termo de Referência.

15.2.13. Comunicar o licitante contratado qualquer modificação que ocorrer, como a quantidade a ser entregue ou eventual mudança de endereço.

15.2.14. Promover a fiscalização e conferência dos equipamentos entregues pelo contratado e atestar os documentos fiscais pertinentes, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos deste Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL
**CRUZEIRO DA
FORTALEZA**
União que gera evolução.

MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DA FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 18.468.041/0001-72
Av. Nossa Senhora de Fátima, 1583 – CENTRO – CEP: 38735-000
CRUZEIRO DA FORTALEZA - MG
E-mail: saude@cruzeirodafortaleza.mg.gov.br

16 – DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

16.1. O custo estimado da contratação será apurado em momento diverso pelo **Núcleo De Pesquisa Mercadológica (Departamento de Compras)** e oportunamente anexado ao processo.

Cruzeiro da Fortaleza/MG, 24 de fevereiro de 2026.

Termo de Referência elaborado por:

Karen kristtyna Garcia Ribeiro
Supervisora da Seção de Compras da Secretaria de Saúde
Matricula: 8073

Aprovado por:

Fernando Alvarenga Ferreira
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE